

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE CHOPINZINHO/PR**
Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares 2020-2023 -Edital 01/2019 e suas
Alterações

PROVA DE CONHECIMENTOS

27 de de julho de 2019

NOTA:

APROVADO ()

REPROVADO ()

Nome do Candidato: _____

Nº Inscrição: _____

Assinatura

INFORMAÇÕES GERAIS

1. É obrigatório o preenchimento da ficha do candidato bem como sua assinatura.
2. É obrigatório o preenchimento da ficha do Gabarito, assinatura e preenchimento do gabarito com caneta esferográfica.
3. A prova contém 26 (vinte e seis) questões de múltipla escolha, com 05 alternativas, sendo 04 de Informática e 22 sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal nº 3.750/2018. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição de sua prova.
4. Primeiramente leia com atenção a alternativa para depois responder marcando a que você achar certa.
5. Cada questão deve ser assinalada apenas uma alternativa.
6. O tempo de duração da prova são 04 horas, a partir da indicação de tempo pelos fiscais da prova.
7. Após concluída a prova e preenchido o gabarito ambos devem ser entregues para os fiscais da prova.

QUESTÕES DE INFORMÁTICA

1. Quando um computador é ligado primeiramente ocorre uma leitura da memória ROM e estando tudo certo o Sistema operacional é carregado na memória RAM. Depois do sistema ter mostrado sua tela inicial ele habilita para o usuário uma tecla conhecida como *Área de Trabalho*. A Área de Trabalho é composta de:

- a) Barra de Tarefas: localizada na parte inferior da tela contém o botão iniciar, contém os programas que estão sendo executados;
- b) Atalhos: ícones de programas que estão na forma de atalho e para acessá-los precisa de um duplo clique;
- c) Botão Iniciar: é através desse que o usuário entra no menu iniciar, onde se encontra todos os programas e aplicativos do sistema;
- d) Apenas a alternativa a b e estão corretas;
- e) Estão corretas as alternativas a, b e c.

2. No Microsoft Office Word, é possível automatizar tarefas usadas frequentemente criando *Macros*. Macro são comandos e instruções agrupados para realizar uma tarefa automaticamente. O uso típico da Macro é para acelerar as tarefas rotineiras de edição ou formatação, funcionando como um atalho. Das alternativa a seguir é *incorreta*:

- a) CTRL+C para copiar um texto ou objeto selecionado;
- b) CTRL+V para colar um texto ou objeto;
- c) CTRL+A para fechar um documento;
- d) CTRL+B para salvar um documento;
- e) ESC para sair do modo de leitura.

3. O tipo de ameaça à segurança de um computador que consiste em um programa completo que se replica de forma autônoma para se propagar para outros computadores é:

- a) Worm;
- b) Vírus;
- c) Spyware;
- d) Spam;
- e) nenhuma está correta.

4. Sobre o Microsoft Word 2010 (idioma português), das alternativas a seguir é *correto*:

- a) As configurações de alinhamento (horizontal) disponíveis para formatação são: alinhar tudo à esquerda, centralizar, alinhar tudo à direita, justificar;
- b) Ao se formatar um texto, os estilos de fonte Negrito e Itálico não podem ser aplicados em conjunto, ou seja, apenas um deles é permitido;
- c) O espaçamento duplo entre linhas é o maior possível para formatação, e o simples é o menor possível;
- d) Na configuração da página Retrato e Paisagem são orientações da página, já A4 e ofício são tamanhos de papel.
- e) Estão corretas as alternativas a e d.

QUESTÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA - (LEI nº 8.069/90, E SUAS ALTERAÇÕES) E, LEI MUNICIPAL 3.750/2018 DA POLITICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto de uma construção coletiva, que envolveu parlamentares, governo, movimentos sociais, instituições de defesa dos direitos, organismos internacionais entre outros atores. Após quase três décadas de vigência, o Brasil continua mobilizado para que o ECA se mantenha como uma legislação avançada e atualizada. Nos últimos anos, foram realizados diversos aprimoramentos, dentre os quais se destacam, com excessão o(s) descrito (s) na(s) alternativa (s):

- a) A Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sinase (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012) - regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
- b) A Lei Menino Bernardo (lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014) estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos;
- c) A Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) – estabelece o dever do Estado a instituição de políticas atendendo especificidades à essa faixa etária como garantia do desenvolvimento integral;
- d) A Lei que instituiu a Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
- e) estão corretas todas as alternativas.

2. O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente assegura prioridade absoluta o atendimento à criança e ao adolescente. A garantia da prioridade compreende, *exceto* o exposto na alternativa:

- a) Quando tratar-se de adolescente autor de ato infracional, esse não terá direito à prioridade absoluta;
- b) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- c) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- d) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- e) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

3. O direito à vida e a saúde preconizado no ECA, estabelece um conjunto de ações que garantem esse direito desde a gestação . Das alternativas à seguir a que *não corresponde* é:

- a) A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato;
- b) Incumbe à família prestar a assistência psicológica à gestante e à mãe em período pré e pós natal, cabendo ao estado a assistência apenas à gestantes e mães encarceradas;
- c) Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, às crianças e adolescentes que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas;

- d) A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal;
- e) A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

4. O direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade enquanto pessoa humana, ser em desenvolvimento integral, é assegurado no artigo 15º do ECA, das alternativas a seguir *não é correto* o estabelecido na alternativa:

- a) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, porém os valores, ideias e crenças devem seguir obrigatoriamente o estabelecido pelos pais/família;
- b) O direito à liberdade consiste, entre outros, de participar da vida política, na forma da lei; e buscar refúgio, auxílio e orientação;
- c) Educadores escolares e agentes públicos executores de medidas socioeducativas, podem usar de castigos e ameaças como método educativo;
- d) É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;
- e) O descrito nas alternativas a e c.

5. A lei 13.010/14 altera a lei 8.069/90 para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

Sobre a lei *é correto* afirmar:

- a) A lei é punitiva e tem caráter estritamente penal aos pais e/ou cuidadores que praticar qualquer castigo físico à criança e ao adolescente;
- b) Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão;
- c) É permitido aos pais aplicar castigo físico moderado como ato repressivo;
- d) Não compete ao Conselho Tutelar agir em caso de denúncias de castigos físicos aplicados pelos genitores, uma vez que os pais tem obrigação de educar os filhos;
- e) Qualquer pessoa que utilizar de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto à criança ou adolescente será obrigado a prestar serviços em escola ou casa abrigo.

6. Recentes novas Redações são estabelecidas no ECA relativo ao Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, inclusive quando esta estiver em Serviço de Acolhimento. Das alternativas a seguir *não é correto* afirmar:

- a) A criança ou adolescente em Acolhimento Institucional ou Familiar, tem direito à conviver com sua família, inclusive ter encontros presenciais, salvo restrições estabelecidas pelo Judiciário;
- b) A criança e o adolescente em Acolhimento Institucional ou Familiar tem direito à conviver com a comunidade que está inserido, inclusive a comunidade de sua família, salvo restrições estabelecidas pelo Judiciário;

- c) Não é assegurado o direito à criança e adolescente sua convivência ou visita à mãe ou ao pai privado de liberdade;
- d) É arantido a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional;
- e) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

7. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, tomará a seguinte providência:

- a) Providenciará a medida estabelecida pela autoridade judiciária;
- b) Requisitará certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente;
- c) Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
- d) Encaminhará a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

8. São atribuições do Conselho Tutelar (Art. 136 do ECA), com excessão a alternativa:

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- b) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- c) Expedir notificações;
- d) Promover a execução de suas decisões, porém *não lhes cabe* requisitar serviços públicos na área de saúde;
- e) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

09. Sobre a exploração do trabalho infantil e o direito à profissionalização e ao trabalho protegido, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade;
- b) Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor;
- c) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados bolsa aprendizagem, os direitos trabalhistas e previdenciários;
- d) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
- e) Ao adolescente com deficiência é proibido toda e qualquer forma de trabalho.

10. O Estatuto da Criança e Adolescente, em seu artigo 5º estabelece, que *nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência , discriminação,*

exploração, violência, crueldade e opressão, caso haja desrespeito a esses direitos por integrante do núcleo familiar:

- a) Será punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;
- b) Não terá punição se a ocorrência aconteceu dentro da residência da família;
- c) Apenas será orientado pelo Conselho Tutelar;
- d) Apenas será advertido pelo Ministério Público;
- e) Será punido apenas se for a prática de exploração ou violência.

11. O casal Bruno e Morgana possuem uma filha com 5 anos de idade, e estão em separação conjugal judicial, ainda não acordaram sobre a guarda do filho. Morgana vem de uma família de muitas posses e possui ótimas condições econômicas. Ao estabelecer o acordo sobre o poder familiar da filha, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente é *correto* afirmar que:

- a) Competa ao Conselho Tutelar decidir com quem a criança vai ficar;
- b) Um dos motivos para a perda do poder familiar é a condições econômicas de um dos pais;
- c) Como Morgana tem ótima condição econômica a filha deverá ficar com a guarda da filha deverá ficar com a mãe;
- d) O poder familiar poderá ser exercido pelo pai ou pela mãe, porém condicionada à situação financeira estável, valores morais e ao equilíbrio do estado psicológico;
- e) A carência ou falta de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

12. O Conselho Tutelar, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, tem autonomia em suas decisões, e somente poderão ser revistas:

- a) Pelo CMDCA;
- b) Pelo Executivo Municipal;
- c) Pela Equipe técnica através de pedido diretamente ao judiciário;
- d) Pela autoridade Judiciária à pedido do Ministério Público;
- e) A Secretaria de Assistência Social;

13. Verificada hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual contra a criança ou adolescente, praticada pelos pais ou responsáveis, o artigo 130 do ECA estabelece que a autoridade judiciária poderá determinar como medida cautelar ao agressor:

- a) Imediatamente e impreterivelmente acolhimento institucional da criança ou adolescente;
- b) Afastamento do agressor da moradia comum;
- c) Penalização do Agressor com Prestação de Serviços à Comunidade por 03 anos;
- d) Prisão do Agressor em regime de semiliberdade por 02 anos;
- e) Direcionamento a estabelecimento de detenção ou custódia.

14. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao direito à educação, estabelece *dever* do Estado assegurar à criança e ao adolescente, das questões a seguir assinale a alternativa *correta*:

- I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito. Não há obrigatoriedade do Estado prover aos que não tiveram acesso na idade própria;
 - II. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
 - III. de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;
 - IV. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
 - V. progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- a) Estão corretos apenas os itens II, III, IV e V;
 - b) Estão corretos apenas os itens I, II e III;
 - c) Estão corretos apenas os itens II, IV e V;
 - d) Estão corretos apenas os itens II, III e V;
 - e) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.

15. O Acolhimento da criança e do adolescente será realizado excepcionalmente e provisoriamente, das questões à seguir assinale a *incorreta*:

- a) O acolhimento em Família Acolhedora constitui-se numa política pública, em residências de famílias previamente cadastradas, selecionadas e capacitadas;
- b) A família Acolhedora ao acolher a criança ou adolescente deverá observar os artigos 28 à 33 do ECA;
- c) A família acolhedora se estiver cadastro de adotante já pode obter a adoção do acolhido;
- d) A Equipe Técnica tem a obrigatoriedade de realizar o PIA do acolhido, tão logo seja acolhido;
- e) O Acolhimento Familiar ou Institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou responsáveis, e como parte do processo de reintegração

16. Das Medidas Sócio educativa aplicadas ao Adolescente em Conflito com a Lei, preconizadas na Lei 8.069/90 (ECA), que consistem em:

- I. Advertência;
- II. Reparar o dano;
- III. Prestação de serviços à comunidade;
- IV. Liberdade Assistida;
- V. Semi Liberdade;
- VI. Internação;

Com relação às medidas assinale a alternativa incorreta:

- a) o item I e II são aplicadas pelo judiciário;
- b) os itens III e IV são de responsabilidade de gestão e financiamento do Governo Municipal;
- c) os itens V e IV são de responsabilidade de gestão e financiamento do governo do Estado;
- d) os itens III, IV, V, e VI são de responsabilidade de gestão e financiamento do Governo do Estado;
- e) Todas são de responsabilidade de gestão e financiamento do Governo Municipal.

17. Alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente com a Lei 12.696/2012, estabelecem benefícios aos Conselheiro Tutelar, e definem sobre o exercício da função. São inerentes ao conselheiro tutelar, *excepto*:

- a) Licença maternidade e licença paternidade;
- b) Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- c) Os conselheiros tutelares são possuidores de exercício efetivo da função, se constitui serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral;
- d) O exercício efetivo da função e preservação da idoneidade moral constitui-se ética profissional do conselheiro;
- e) Os conselheiros tutelares podem exercer outra função remunerada que não seja em Órgão público, podendo ser em período noturno desde que não prejudique seu plantão.

18. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o Conselho Tutelar é um órgão:

- a) “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- b) “permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- c) “temporário e independente, não tem vínculo com nenhum órgão;
- d) “permanente e autônomo e vinculado ao judiciário”, e pode aplicar leis, inclusive medidas socioeducativas;
- e) “permanente e dependente vinculado ao CMDCA”.

19. São competências da Justiça da Infância e da Juventude, conforme artigo 148º do ECA, exceto:

- a) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
- b) Conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;
- c) Conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;
- d) Conhecer *pedidos de destituição* do poder familiar solicitado pelo Conselho Tutelar;
- e) Conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

20. No Município de Chopinzinho, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será executada através do Sistema de Garantia de Direitos –SGD, conforme artigo 3º da Lei nº 3.750/2018, ainda o referido artigo estabelece que esse SGD será composto por uma estrutura. Dos itens à seguir qual a alternativa que *não faz parte* dessa estrutura.

- I - Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- III - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA;
- IV - Conselho Tutelar;
- V - Entidades de Atendimento governamentais e não governamentais;

VI - Serviços públicos especializados no atendimento de crianças, adolescentes e famílias, a exemplo dos CREAS, CRAS e CAPS;
VII – Fundo Municipal da Saúde.

- a) I, II, III e VI
- b) II, III, VI e VII
- c) I, II, III, IV, V, VI
- d) II, III, IV, V e VII
- e) IV, V, VI e VII

21. O art.30 paragrafo primeiro da Lei 3.750/2018 (Chopinzinho), estabelece a NÃO aplicação dos recursos do FIA. Dentre as alternativas abaixo, a (s) que condiz com o referido artigo, assinale a *correta*:

I - Para manutenção dos órgãos públicos encarregados da proteção e atendimento de crianças e adolescentes, aí compreendidos o Conselho Tutelar e o próprio Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, o que deverá ficar a cargo do orçamento da Secretaria e/ou Departamento aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

II - Para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, *caput*, da Lei Federal nº 8.069/90, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

III - Para o custeio das políticas básicas e de assistência social a cargo do PodePúblico.

IV - A aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

- a) I, II e III
- b) II, III e VI
- c) I, II e IV
- d) III e IV
- e) II e IV

22. A Lei Municipal 3.750/2018, em seu artigo 37º estabelece os deveres do Conselheiro na sua condição de agente público e em conformidade com a Constituição Federal/88 e ECA, dentre outras normas. Dos itens abaixo são deveres do Conselheiro Tutelar:

I - Desempenhar as atribuições inerentes à função, previstas no art. 136, da Lei Federal nº 8.069/1990;

II - Realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;

III - Agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade, decoro e respeito;

IV – Apresentar Relatório trimestral do SIPIA CT WEB ao CMDCA, contendo síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, demandas e deficiências de políticas públicas;

V - Manter conduta pública e particular ilibada;

VI - Zelar pelo prestígio da instituição;

VII - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.